

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.477 - SP (2019/0152408-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS**
ADVOGADOS : **VICENTE GOMEZ AGUILA - SP114058**
ANA LUCIA MENDES FERREIRA GOMEZ E OUTRO(S) -
SP131433
AGRAVADO : **N R M (MENOR)**
REPR. POR : **J M M**
ADVOGADO : **MARIA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS - SP291334**

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A - CASAS PERNAMBUCANAS, em face de decisão acostada às fls. 495/496, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 440/447, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 441, e-STJ):

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - AUTORA VÍTIMA DE LESÃO NO OLHO ESQUERDO, PROVOCADO POR OBJETO PÉRFURO-CORTANTE NO INTERIOR DA LOJA RÉ - DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO RECONHECIDOS - INCONFORMISMO DA RÉ - PROVA PRODUZIDA APTA A DEMONSTRAR A LESÃO CORPORAL, SUA EXTENSÃO E TRATAMENTOS MINISTRADOS - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL E ESTÉTICO FIXADOS NO TOTAL DE R\$ 50.000,00 - VALOR COMPATÍVEL COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA E OBSERVADA A RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - DANO MATERIAL COMPROVADO, CONSISTENTE EM GASTOS COM O TRATAMENTO DA AUTORA (R\$ 564,97) - PENSÃO MENSAL VITALÍCIA AFASTADA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE AUTORIZEM O PAGAMENTO, MORMENTE PORQUE INEXISTEM DOCUMENTOS MÉDICOS QUE CONFIRMEM A PERDA TOTAL E PERMANENTE DA VISÃO - EXPECTATIVA DE FRUSTRAÇÕES PROFISSIONAIS FUTURAS QUE NÃO ULTRAPASSA O CAMPO HIPOTÉTICO - NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS.

Opostos embargos de declaração (fls. 451/458, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 459/461, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 466/478, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 14, § 3º, I e II, do CDC; 489, II, § 1º, 932 e 1.022, II, do CPC/15. Sustenta, em suma: **i**) a ocorrência de omissão, no acórdão recorrido, ao não se manifestar acerca das causas excludentes de responsabilidade civil; e **ii**) que o fato se deu por culpa

exclusiva da vítima, que bateu com o olho na arara de roupas, bem como não ficou demonstrada a inadequação do serviço prestado, situações excludentes da responsabilidade indenizatória a cargo da parte ora recorrente.

Contrarrazões às fls. 483/488, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 495/496, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ante a não demonstração de violação aos artigos arrolados, bem como pela incidência da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 500/513, e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 515/517, e-STJ.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 531/535, e-STJ, manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

A irresignação **não** merece prosperar.

1. A recorrente aponta violação aos artigos 489, II, § 1º, 932 e 1.022, II, do CPC/15, alegando negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal local não se manifestou sobre as causas excludentes de responsabilidade civil.

Constata-se, da leitura do acórdão recorrido, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pelas partes, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia acerca da responsabilidade civil decorrente de lesão sofrida por consumidor, menor de idade, no interior de estabelecimento comercial da ora insurgente, porém em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.

Confira-se trecho do acórdão (fl. 445, e-STJ):

Com amparo na responsabilidade objetiva e ausência de prova acerca da culpa exclusiva da vítima, ou de qualquer outra hipótese que pudesse excluir a responsabilidade da ré, (...).

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, **quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio**. No caso, a controvérsia foi dirimida de forma clara e satisfatória, não havendo omissão.

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

2. No tocante à alegada ofensa ao artigo 14, § 3º, I e II, do CDC, sustenta a insurgente a ausência de responsabilidade civil, ante a culpa exclusiva da vítima e a não demonstração de inadequação do serviço prestado.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 443/445, e-STJ):

A propósito, a afim de evitar repetições desnecessárias, **ratifica-se a r. sentença por seus próprios e bem deduzidos fundamentos**, nos termos do artigo 252 do novo Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça: "*Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la*".

[...]

Contudo, cabe aqui tecer algumas considerações.

[...]

Cuidando-se de criança com tão pouca idade, que acompanhava sua mãe nas compras, obviamente não se poderia esperar que a menor previsse todos os obstáculos e possíveis intercorrências presentes no local para que, previamente, pudesse se precaver. Ora, é inconteste que a lesão ocorreu após movimento da criança em direção a algum produto; o que não se pode aceitar é que qualquer ser humano, muito menos uma criança, seja surpreendido com objetos que, por absoluta falta de fiscalização, se colocaram como fator de risco num local onde há grande circulação de pessoas.

[...]

Assim, a consumidora que sofre lesão no interior de estabelecimento comercial, com ou sem culpa do empresário, tem direito a ser indenizada pelos danos materiais, morais e estéticos que lhe forma impostos. O fornecedor de bens ou serviços somente se exime se comprovar a existência de causas excludentes da responsabilidade, que não se liguem ao risco da atividade desenvolvida a constituir fortuito interno.

Neste contexto, não há dúvida da existência de relação de consumo, pois a autora figurava como consumidora, o que dispensa a caracterização de culpa da ré, cuidando-se da hipótese de responsabilidade objetiva, pois evidenciado o acidente de consumo, descrito no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Com amparo na responsabilidade objetiva e ausência de prova acerca da culpa exclusiva da vítima, ou de qualquer outra hipótese que pudesse excluir a responsabilidade da ré, prova que lhe cabia fazer, surge o dever de indenizar, na medida em que a autora demonstrou os danos experimentados e o nexo de causalidade entre a lesão ocular ocorrida dentro da loja, provocada por objeto perfuro-cortante, e o resultado lesivo, como revelado pelos documentos de fls. 72/80.

Por sua vez, o juiz primevo, ao decidir a lide, assim consignou (fl. 328/329, e-STJ):

(...). Desta forma, consoante o art. 14 do CDC, a verificação da responsabilidade do fornecedor se dá objetivamente, sendo suficiente o nexo causal entre a conduta (positiva ou negativa) da ré e o dano experimentado pela autora.

O dano restou bem comprovado pelos documentos que atestam o socorro da autora, prontuário médico e hospitalar, cupons fiscais de medicamentos e

boletim de ocorrência do fato (fls. 72-121), bem como registros médicos e de enfermagem do ambulatório do Shopping Serramar (fls. 294-296)

O nexo causal também restou bem demonstrado nos autos. Percebe-se desde o primeiro atendimento (fl. 72), realizado na UPA do Município de Caraguatatuba, que a genitora da autora atribui a ocorrência da lesão ao choque em arara de exposição de produtos pertencentes à ré. No mesmo sentido está o conteúdo do registro do ambulatório móvel da Litoral Med no shopping onde se situa a filial da Pernambucanas (fl. 295), e os depoimentos da genitora e da testemunha Rita de Cássia.

A conduta da ré em deixar exposto utensílio capaz de causar o ferimento experimentado por Nicole é suficiente para ensejar sua responsabilização, dispensando-se a verificação de dolo ou culpa. O depoimento da funcionária das Pernambucanas, Leiliane, corrobora com a conclusão de que a arara de exposição do vestuário comercializado pela requerida é capaz de originar o choque e o ferimento sofrido por Nicole, pois conta com braços com baixa altura.

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto, analisando o conteúdo fático e probatório dos autos, afastou a ocorrência de culpa exclusiva da vítima e concluiu pela falha na prestação do serviço por parte da requerida, ora agravante.

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar a ocorrência de causa excludente de responsabilidade, na hipótese, segundo as alegações vertidas no apelo extremo, seria imprescindível o reexame de todo o conteúdo fático e probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, asseverou que "comprovada a falha do serviço, o dano e o nexo causal entre ambos, bem como não verificada a presença de excludentes de responsabilidade, deve a ré ser condenada ao pagamento do prejuízo material sofrido pela autora". 2. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.668.657/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13.06.2017, DJe 20.06.2017) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER INFRINGENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL. INCÊNDIO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM FUNDADO NOS ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA

SÚMULA 7/STJ. MULTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não ocorrentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, revela-se nítido o intuito infringente dos presentes embargos de declaração, devendo ser recebidos como agravo regimental em homenagem aos princípios da fungibilidade recursal e da celeridade e economia processuais. 2. **A verificação da existência de nexo causal entre a falha na prestação do serviço ofertado pela concessionária e o incêndio que destruiu o imóvel em questão, assim como o reconhecimento da responsabilidade da concessionária pública em reparar os danos morais e materiais advindos, decorreram da análise soberana, pelo Tribunal de origem, dos elementos fáticos carreados aos autos. A revisão deste entendimento demandaria, necessariamente, o reexame de provas, conduta vedada em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.** 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento, com aplicação de multa. (EDcl no Ag 1.352.948/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18.10.2011, DJe 04.11.2011) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE POR ELETROPLESSÃO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FATO DE TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No que se refere à responsabilidade da agravante concessionária de serviço público, responde objetivamente pelos danos causados a terceiros decorrentes de falha na prestação do serviço. Precedentes. 2. **A convicção a que chegou o acórdão, quanto à ausência de culpa exclusiva de terceiro, decorreu da análise do quadro fático-probatório, assim sendo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.** 3. É cediço que a análise de matéria constitucional não é de competência desta Corte, mas, sim, do Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna. Inviável, assim, o exame de ofensa a dispositivos e princípios constitucionais em recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 664.637/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28.04.2015, DJe 01.06.2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE INCÊNDIO CAUSADO POR DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INSURGÊNCIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA. 1.

Responsabilidade objetiva do fornecedor pelos danos causados aos consumidores por defeito na prestação de serviço de energia elétrica. Acórdão estadual pugnando que a concessionária de serviço público não se desincumbiu do ônus de comprovar a ausência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor. Incidência da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 318.307/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25.02.2014, DJe 05.03.2014) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência da Súmula 7 desta Corte.

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nego provimento** ao agravo e, ante o disposto no artigo 85, § 11, NCPC, majoro para 20% (vinte por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem (fl. 447, e-STJ) em favor dos patronos da parte ora recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator